

# A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA

Kelly Rahna Barbosa 1  
Luana Oliveira de Carvalho 2

## RESUMO

A avaliação da aprendizagem de estudantes com deficiência é uma área de extrema importância na educação inclusiva, pois busca garantir que esses estudantes sejam devidamente avaliados em seus conhecimentos, habilidades e progresso acadêmico. Em face deste cenário, torna-se relevante descortinar como se desenvolve os processos avaliativos para estudantes com deficiência, a fim de proporcionar uma educação equitativa e promover o pleno desenvolvimento desses estudantes. Partindo do objetivo geral: investigar como ocorre a avaliação da aprendizagem para com os estudantes com deficiência. A investigação desdobra-se nos seguintes objetivos específicos: (i) identificar os desafios e as lacunas encontradas para garantir uma avaliação justa, equitativa e centrada no desenvolvimento individual de cada estudante com deficiência. (ii) analisar os métodos utilizados e os instrumentos de avaliação empregados com estudantes portadores de deficiência; (iii) verificar a presença de adaptações realizadas para atender às necessidades específicas desses estudantes. O levantamento dos dados se dará por meio de abordagem qualitativa, do tipo pesquisa participante, com objetivo exploratório e caráter descritivo. Será utilizada uma abordagem mista, combinando análise quantitativa e qualitativa dos dados obtidos por meio de questionário online, e entrevistas. Os sujeitos protagonistas serão professores do Ensino Médio Regular e estudantes com deficiência de uma Escola Pública da Rede Estadual da Bahia, como locus, o Colégio Estadual Antônio Geraldo, situado no município de Barreiras, BA. Esta pesquisa não apenas tem o potencial de impactar positivamente a prática educacional inclusiva, mas também contribuir para o avanço do conhecimento acadêmico ao fornecer novos insights sobre a relação entre avaliação da aprendizagem, adaptações curriculares e inclusão escolar. Fator é crucial para preparar os estudantes com deficiência para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo, que demanda habilidades e competências diversas. Os resultados podem inspirar estudos futuros e enriquecer o debate acadêmico sobre a avaliação da aprendizagem na educação inclusiva.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva; Avaliação da Aprendizagem, Professores, Estudantes.

## INTRODUÇÃO

Refletir sobre a Avaliação da Aprendizagem de Estudantes com Deficiência na Rede Pública Estadual de Ensino é um convite para mergulhar nas profundezas da educação inclusiva. Um campo onde cada pequena vitória representa um grande passo em direção à equidade. Neste cenário, a avaliação deixa de ser um instrumento de classificação ou medição do conhecimento, e se transforma em um espelho que reflete a diversidade, as dificuldades e as conquistas individuais de cada estudante.

A história da educação inclusiva no Brasil é marcada por um longo percurso de transformações sociais, políticas e pedagógicas. Desde os primeiros movimentos pela inclusão até as políticas contemporâneas, a educação inclusiva evoluiu de uma prática segregacionista para uma abordagem mais integrada e inclusiva, que busca garantir o direito à educação para todos, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, intelectuais ou sociais. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, promulgada em 2015, destaca-se como um marco legal, reforçando esses direitos e estabelecendo diretrizes para a implementação da educação inclusiva no país.

Dialogar sobre a inclusão escolar e os processos avaliativos de pessoas com deficiência é essencial para identificar as lacunas e os acertos, propondo novas estratégias que promovam uma verdadeira inclusão. É um trabalho que exige o comprometimento de toda a comunidade escolar, desde gestores e professores até as famílias, para que cada estudante possa desenvolver todo o seu potencial.

No contexto desta pesquisa, o foco recai sobre a análise dos processos avaliativos aplicados a estudantes com deficiência, buscando compreender os desafios e as estratégias que ocorrem na prática. Entre os principais autores que contribuíram com este estudo, destaca-se as obras de Maria Teresa Eglér Mantoan, Rosita Edler Carvalho, Cláudia Davis e Maria Salete Fábio Aranha.

A partir do amadurecimento de reflexões das autoras e também professoras de estudantes com deficiência deste estudo, chegou-se ao seguinte objetivo geral, investigar como ocorre a avaliação da aprendizagem de estudantes com deficiência no ensino médio regular de uma escola pública da rede estadual da Bahia. O qual, desdobrou-se nos seguintes objetivos específicos: (i) identificar os desafios e lacunas na aplicação de uma avaliação justa e equitativa; (ii) analisar os métodos e instrumentos de avaliação utilizados; e (iii) verificar a presença de adaptações permitidas para atender às necessidades específicas de estudantes com deficiência.

A justificativa implícita para a realização deste estudo reside na importância de aprimorar a prática educacional inclusiva, promovendo o desenvolvimento pleno dos estudantes com deficiência e contribuindo para o avanço do conhecimento acadêmico sobre o tema. A metodologia adotada combina abordagem qualitativa, do tipo pesquisa participante, com o objetivo exploratório e caráter descritivo.

Quanto a análise dos dados, descenderá de forma documental, qualitativa e quantitativamente. Qualitativa utilizando entrevistas com professores que acompanham estudantes com deficiência e quantitativa com a interpretação do questionário online

aplicado para todos os professores da unidade escolar, conforme o link: <<https://forms.gle/3G87ejYx1XyjXet6A>>. Permitindo uma compreensão aprofundada das práticas avaliativas adotadas e das adaptações realizadas para atender às necessidades dos estudantes com deficiência. Os resultados da pesquisa oferecem uma síntese das discussões sobre as práticas avaliativas na educação especial atuais e sugerem caminhos para futuras investigações.

Em decorrência da relevância e complexidade desse campo, o estudo sobre a avaliação da aprendizagem de estudantes com deficiência na rede pública estadual não só contribui para o entendimento das práticas pedagógicas atuais, mas também desafia o sistema educacional a repensar suas abordagens e a buscar alternativas que garantam a verdadeira inclusão. A análise crítica dessas práticas e a proposta de novas estratégias têm o potencial de impactar profundamente a qualidade da educação oferecida a esses estudantes, promovendo um ambiente mais justo e equitativo.

Ademais, essa investigação abre portas para futuras pesquisas que possam aprofundar o conhecimento sobre as adaptações curriculares nos processos avaliativos mais inclusivos, contribuindo para uma sociedade que valorize e respeite as diferenças, reconhecendo que a avaliação, quando feita com sensibilidade e justiça, tem o poder de transformar vidas, abrindo caminhos para que todos os(as) estudantes alcancem seus sonhos e contribuam para uma sociedade mais inclusiva e diversa.

## **METODOLOGIA**

Em decorrência à complexidade e à riqueza das interações sociais e educacionais que se desenrolam no contexto da avaliação de estudantes com deficiência, o percurso metodológico desta pesquisa se apoia em uma abordagem qualitativa, do tipo pesquisa participante, com objetivo exploratório e caráter descritivo. A escolha por essa abordagem se justifica pela sua capacidade de compreender profundamente as experiências e percepções dos sujeitos envolvidos, dando voz às narrativas que emergem da prática pedagógica cotidiana.

Pesquisas de abordagem qualitativa visam compreender o mundo, torná-lo visível, por meio de práticas materiais e interpretativas, permitindo, assim, a descrição e a explicação dos fenômenos sociais em seus contextos naturais (FLICK, 2009; DENZIN e LINCOLN apud CRESWEL, 2014).

A pesquisa participante se apresenta como a abordagem ideal para este estudo, pois envolve os sujeitos da pesquisa — professores e estudantes de uma escola pública estadual de ensino médio em Barreiras, Bahia — no processo de investigação. Assim, a participação dos sujeitos não é apenas instrumental, mas essencial para capturar as nuances das práticas avaliativas e das adaptações realizadas para atender às necessidades específicas dos estudantes com deficiência. De acordo com (COHEN; MANION; MORRISON, 2018):

A pesquisa participante rompe a separação entre o pesquisador e os participantes; o poder é igualado e, efetivamente, eles podem fazer parte da mesma comunidade. A pesquisa torna-se um empreendimento coletivo e compartilhado em várias esferas, incluindo: interesses de pesquisa, agendas e problemas; geração e análise de dados; equalização de poder e controle sobre os resultados da pesquisa, produtos e usos; desenvolvimento da voz, autoria e propriedade do participante; agendas emancipatórias e objetivos políticos; uma abordagem orientada a processo e resolução de problemas; e responsabilidade ética e comportamento (COHEN; MANION; MORRISON, 2018, p. 441, tradução nossa).

O caráter exploratório e descritivo da pesquisa foi escolhido por sua capacidade de revelar novas perspectivas e descrever detalhadamente as práticas avaliativas propostas. A exploração inicial do campo de estudo permitiu mapear os principais desafios e estratégias presentes no contexto educacional, enquanto a descrição minuciosa dos dados encontrados revelou uma base sólida para a interpretação dos resultados. Segundo Gil (2008, p. 27), “pesquisas exploratórias são especialmente úteis para proporcionar maior familiaridade com o problema em estudo”, o que justifica a sua adoção neste trabalho.

Quanto levantamento de dados, foi realizado por meio de dois instrumentos complementares: um questionário online dirigido aos(as) docentes e entrevistas semiestruturadas realizadas com os(as) estudantes, que em casos necessários o professor cuidador também participou. O questionário online, foi construído com perguntas fechadas e abertas, no intuito de capturar as práticas avaliativas, as percepções sobre a inclusão e as dificuldades enfrentadas pelos(as) professores e pelos(as) estudantes. Já as entrevistas com os estudantes permitiram-me uma exploração mais profunda de suas experiências pessoais e das adaptações que consideraram mais eficazes. Como afirma Minayo (2012, p. 89), “a entrevista semiestruturada é uma ferramenta poderosa para

captar a subjetividade e as vozes dos participantes, proporcionando uma visão mais completa do treinamento”.

A análise dos dados coletados se desenvolveu a partir da análise de documental de Bandin (2011). A pré-análise combinando técnicas qualitativas e quantitativas para oferecer uma interpretação abrangente das informações. A análise qualitativa foi central para compreender as nuances e os significados atribuídos pelos participantes às práticas avaliativas. Os dados foram categorizados e interpretados à luz do referencial teórico sobre educação inclusiva, buscando identificar padrões, desafios e inovações.

Complementarmente, a análise quantitativa dos questionários permitiu quantificar a frequência de determinadas práticas e opiniões, proporcionando uma visão geral das tendências observadas no contexto escolar. Como ressalta Bardin (2011, p. 131), “a análise de conteúdo permite uma compreensão detalhada e sistemática das mensagens, promovendo uma leitura crítica e reflexiva dos dados”.

Os participantes desta pesquisa foram professores de estudantes com deficiência do ensino médio de uma escola pública estadual em Barreiras-BA. A escola foi escolhida por sua relevância na rede estadual, com uma sala de recursos para atendimento especial e um ambiente diverso, ideal para estudar práticas de avaliação inclusiva. Esse contexto reflete desafios e oportunidades comuns a outras escolas públicas, ampliando a relevância e aplicabilidade do estudo.

Em síntese, este caminho metodológico não apenas norteou a coleta e análise de dados, assim como buscou envolver profundamente os(as) participantes na construção de um conhecimento que reflete suas realidades e desafios, promovendo, assim, uma pesquisa que é ao mesmo tempo rigorosa e significativa para o campo da educação inclusiva.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

A Educação Inclusiva baseia-se no princípio da igualdade de direitos, garantindo acesso, participação e aprendizagem a todos os estudantes, independentemente de suas características individuais. A inclusão educacional busca promover a diversidade, a equidade e a valorização das diferenças, tendo como fundamento a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Apoiar-se em políticas públicas que asseguram o direito à educação para todos, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

A legislação vigente e as políticas públicas desempenham um papel fundamental na garantia dos direitos e da inclusão dos estudantes com deficiência. No Brasil, a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência são algumas das legislações que embasam a inclusão escolar. Além disso, o Plano Nacional de Educação e as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica são políticas que visam assegurar o acesso, a permanência e o sucesso dos estudantes com deficiência no contexto educacional.

A avaliação da aprendizagem de estudantes com deficiência é central nos debates sobre educação inclusiva, pois envolve questões de equidade e adequação pedagógica. Autoras como Maria Teresa Eglér Mantoan, Maria Salete Fábio Aranha, Rosita Edler Carvalho e Cláudia Davis oferecem reflexões importantes para tornar o processo avaliativo mais justo, respeitando as particularidades de cada aluno e visando o desenvolvimento pleno de suas capacidades.

Maria Teresa Eglér Mantoan (2003) é uma das principais defensoras da educação inclusiva no Brasil. Ela argumenta que a inclusão escolar deve ser entendida como um processo de transformação das práticas educativas, onde as diferenças são reconhecidas como elementos enriquecedores do processo de ensino-aprendizagem.

A inclusão também se legitima, porque a escola, para muitos alunos, é o único espaço de acesso aos conhecimentos. É o lugar que vai proporcionar-lhes condições de se desenvolverem e de se tornarem cidadãos, alguém com uma identidade sociocultural que lhes conferirá oportunidades de ser e de viver dignamente (MANTOAN, 2003, p.29).

A autora argumenta que a inclusão vai além do acesso físico à escola, enfatizando a participação efetiva e a aprendizagem significativa para todos. Ela defende que a avaliação deve ser um instrumento de inclusão, valorizando o potencial e o progresso individual dos estudantes, em vez de medir resultados padronizados. Para Mantoan, a escola inclusiva deve oferecer condições para que todos aprendam juntos, com a avaliação adaptada às capacidades e necessidades de cada aluno, tornando-se um processo flexível e não uniforme.

Nessa dinâmica a autora Maria Salete Fábio Aranha, sublinha que a inclusão escolar envolve uma parceria entre escola, família e comunidade, sugerindo que o processo de inclusão não é responsabilidade de apenas um ator, mas de todos os envolvidos na vida da criança. Esse conceito de educação colaborativa reflete o

entendimento de que o desenvolvimento integral da criança depende do apoio contínuo e integrado de todos esses agentes.

O mais importante para uma criança com deficiência não é aprender o mesmo conteúdo que as outras, mas ter a possibilidade de aprender a colaborar, ter autonomia, governar a si próprio, ter livre expressão de ideias e ver o esforço pelo que consegue criar, ser recompensado e reconhecido (ARANHA, 2004, p 07).

Essa abordagem reflete um entendimento mais humano e holístico da educação inclusiva, onde o sucesso não é medido apenas pelo desempenho acadêmico, mas também pelo desenvolvimento pessoal e social da criança. Ao valorizar o esforço e reconhecer as criações e conquistas das crianças com deficiência, a autora enfatiza a importância do reconhecimento, o que fortalece a autoestima e a motivação para o aprendizado.

Quanto a avaliação da aprendizagem de pessoas com deficiência, a perspectiva Holística e Reconhecimento do Esforço de Aranha, complementa a de Mantoan ao sugerir que a avaliação de estudantes com deficiência deve levar em conta não apenas o aprendizado acadêmico, mas também o desenvolvimento de habilidades fundamentais para a vida. Para Aranha, o mais importante para o aluno com deficiência não é necessariamente dominar o mesmo conteúdo que os outros, mas sim desenvolver autonomia, capacidade de colaboração e livre expressão de ideias. A avaliação, portanto, deve reconhecer e recompensar o esforço e o processo criativo do estudante, garantindo que ele seja valorizado não só pelo que aprendeu, mas pelo que conseguiu construir e expressar.

Para a autora Rosita Edler Carvalho, a educação inclusiva, não se restringe aos alunos com deficiência, ao contrário, ela deve atender as necessidades e diferenças de todas as pessoas indiscriminadamente.

Quanto à ação pedagógica para a educação inclusiva, considero todas aquelas que precisam ser implementadas, visando a transformação das escolas que temos, nas quais prevalece: a cultura da homogeneidade, a multidisciplinaridade, o projeto de um aluno ideal, o trabalho do professor como transmissor de conteúdos extraídos de currículos padronizados, inflexíveis e com sistemas de avaliação do rendimento mascarados por estratégias como a progressão continuada, que faz com que alunos cheguem às últimas séries do ensino fundamental ainda analfabetos.

Carvalho defende que a avaliação inclusiva deve estar diretamente ligada às adaptações curriculares, refletindo as necessidades individuais dos alunos com deficiência. A autora argumenta que a avaliação deve focar no progresso individual,

acompanhando o desenvolvimento contínuo e personalizado de cada aluno, em vez de seguir padrões uniformes. Ela destaca que a avaliação deve funcionar como um diagnóstico do processo de aprendizagem, orientando as decisões pedagógicas para promover o desenvolvimento integral do aluno.

Avaliação como Processo Dinâmico e Dialógico discutido pela autora Cláudia Davis também é uma importante referência nos estudos sobre educação inclusiva e avaliação. Ela destaca que o processo avaliativo deve ser dinâmico e dialógico, envolvendo uma interação constante entre professor e aluno. Para Davis, é fundamental que a avaliação seja vista como um processo contínuo de feedback, no qual o professor compreende as dificuldades e os avanços do aluno e ajusta suas práticas pedagógicas em função disso.

Ela defende que a avaliação inclusiva deve ser formativa, permitindo que os alunos expressem suas aprendizagens de diferentes maneiras e garantindo que eles sejam avaliados em contextos que valorizem suas habilidades e conquistas. Essa abordagem incentiva uma visão da avaliação não como um fim em si, mas como uma ferramenta para promover o crescimento e a aprendizagem de cada estudante.

As quatro autoras concordam sobre a necessidade de adaptar as práticas avaliativas para atender às necessidades individuais dos estudantes com deficiência. Maria Teresa Eglér Mantoan defende uma avaliação contínua e adaptativa que valorize as diferenças, enquanto Rosita Edler Carvalho critica as práticas tradicionais e propõe abordagens inclusivas. Cláudia Davis enfatiza a importância de considerar aspectos cognitivos e emocionais, e Maria Salete Fábio Aranha destaca a adaptação do currículo e formação docente como essenciais para remover barreiras. Apesar de concordarem na adaptação das avaliações, Mantoan rejeita avaliações padronizadas, enquanto Carvalho vê utilidade nelas, desde que adaptadas. Davis prioriza uma avaliação psicopedagógica abrangente, e Aranha propõe mudanças sistêmicas para garantir a inclusão plena.

No coração da educação inclusiva, a avaliação se transforma em um ato de profundo respeito às singularidades de cada estudante, compreendendo que a diversidade nas formas de aprendizagem é uma expressão das múltiplas inteligências e capacidades humanas. Dessa forma, a avaliação deixa de ser um instrumento de exclusão e se torna um motor de inclusão, possibilitando que cada estudante, com suas próprias características e ritmos de aprendizagem, alcance seu pleno potencial dentro de um sistema educacional que verdadeiramente acolhe e celebra a diversidade.



## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A avaliação da aprendizagem sempre foi um dos maiores desafios enfrentados pela educação, mas quando falamos de estudantes com deficiência, esse desafio adquire uma dimensão ainda mais complexa e delicada. Como garantir que esses estudantes sejam avaliados de maneira justa, equitativa e, acima de tudo, significativa? A pesquisa que realizamos no Colégio Estadual Antônio Geraldo, em Barreiras, Bahia, com professores de estudantes com deficiência do ensino médio regular, trouxe à tona reflexões profundas sobre a realidade enfrentada por quem vive essa missão diariamente.

Logo de início, percebemos que a diversidade de professores envolvidos revela algo importante: com idades variando desde menos de 30 anos até educadores com mais de 40 anos, fica claro que o desafio de avaliar estudantes com deficiência perpassa gerações. A diversidade nas disciplinas também revela a pluralidade e necessidade de estratégias de abordagens que perpassam por todas as áreas, cada uma com suas particularidades ao criar e/ou adaptar avaliações para atender esses estudantes.

Entretanto, é quando olhamos para os desafios enfrentados pelos professores que a real dimensão do problema se descortina. Cerca de 85,7% dos professores relatam a falta de formação específica para lidar com as deficiências de seus alunos como maior desafio. Essa ausência de capacitação especializada cria uma lacuna imensa entre o desejo de realizar uma avaliação justa e as ferramentas disponíveis para alcançar esse objetivo. Além disso, a falta de recursos adaptados (78,6%) e o tempo insuficiente para planejar e aplicar avaliações diferenciadas (64,3%) são mencionados como barreiras significativas. Em um mundo ideal, o professor teria apoio especializado e tempo adequado para planejar minuciosamente cada avaliação. No entanto, no cotidiano escolar, o tempo parece correr mais rápido que as necessidades dos alunos, deixando muitos professores à mercê de improvisações e tentativas.

Quando questionados em uma escala de 1 a 5, como você avalia a sua capacidade de adaptar avaliações para estudantes com deficiência? (1 = muito insatisfeito; 5 = Muito satisfeito), nenhum dos respondentes assinalou a opção 5 de muito satisfeito, empatando as opções 1, 2 e 3 em nível de satisfação com (28,6%).

Os dados mostram que, apesar desses desafios, há um esforço constante em adaptar as avaliações. Observações em sala de aula, por exemplo, aparecem como uma estratégia quase unânime (85,7%), o que indica uma tentativa genuína de acompanhar o desenvolvimento dos estudantes de forma contínua e próxima. No entanto, muitos

educadores expressaram, em suas respostas, a frustração de não saber se estão oferecendo o que é realmente necessário. Um professor mencionou que, “a aluna possui a régua braille tátil e sempre responde as questões propostas em braille, entretanto por não dominar não sei se estaria as respostas certas ou erradas, por isso avalio utilizando a comunicação oral”. Essa situação revela a fragilidade do sistema inclusivo: a boa vontade, por si só, não basta.

Há também uma preocupação clara com a eficácia das adaptações realizadas. Muitos professores não se sentem plenamente confiantes de que as modificações que fazem atendem de fato às necessidades dos estudantes. "Não sei se o que faço é o melhor", confessa um dos professores, ecoando o sentimento de muitos outros. A ausência de um suporte técnico adequado deixa o educador à deriva, utilizando a intuição e a experiência pessoal como guias em um processo que exige muito mais.

Diante dessa realidade, fica evidente que o sistema educacional precisa urgentemente rever suas políticas de formação e suporte pedagógico. Não basta apenas incluir os estudantes com deficiência no ambiente escolar; é necessário criar condições reais para que a inclusão aconteça de forma plena e eficaz. Os professores precisam de mais do que orientações pontuais; eles precisam de formação continuada, de recursos tecnológicos e de apoio especializado para poder realizar avaliações que realmente façam a diferença na vida desses alunos.

No entanto, nem tudo é desespero. Alguns professores relataram iniciativas positivas, como o uso de avaliações por pares, que promovem a inclusão social dos estudantes com deficiência, além de incentivarem o trabalho colaborativo entre os alunos. Também se destacam os trabalhos orais e as observações diárias, que permitem ao professor acompanhar de perto o progresso dos estudantes. Ainda assim, a sensação é de que esses métodos, embora eficazes, não são suficientes para suprir a complexidade das necessidades de cada aluno.

Quando pensamos na avaliação da aprendizagem, muitas vezes nos concentramos no ponto de vista dos professores, suas dificuldades e estratégias para incluir todos os estudantes no processo. Contudo, uma peça fundamental para a verdadeira compreensão do que é a avaliação inclusiva reside nos próprios estudantes com deficiência. Eles são os protagonistas, e suas experiências, sentimentos e desafios precisam ser ouvidos e compreendidos.

Quanto as entrevistas realizadas com estudantes portadores de deficiência, a amostra foram de três entrevistas, (i) um estudante surdo-mudo, (ii) uma estudante com

paralisia física em parte dos membros e (iii) um estudante com deficiência mental. Para a realização da entrevista professores cuidadores do surdo-mudo e do deficiente mental mediarão a comunicação, enquanto que a aluna com paralisia física, não possui professor cuidador, respondendo ela mesma as indagações. É válido destacar que o estudante (iii) não permanece dentro da sala de aula com o professor cuidador, o mesmo passa a maior parte do tempo no laboratório de informática ou na sala de Atendimento Especializado, portanto as respostas dadas pelo professor cuidador não apareceram em todos os momentos das discussões.

Esses relatos são muito mais do que respostas a perguntas; são convites para entrarmos no universo de cada estudante e compreendermos as nuances de suas experiências educacionais. Ao serem questionados sobre o conhecimento do que é entendido por avaliação na escola, os estudantes (i) e (ii) responderam que sim, que tentavam manter a calma, apesar de sentirem dificuldade, pois a maioria dos instrumentos avaliativos que eles desenvolviam eram os mesmos dos demais estudantes, em algumas disciplinas tinham mais facilidade por conta do conteúdo. Quando perguntados se os professores os ajudam no dia a dia escolar, responderam que sim, na medida do possível, pois as salas são muito cheias, tendo em média de 35 a 40 estudantes.

Uma estratégia metodológica que sinalizaram ser muito útil, são as atividades em grupos de estudantes, tanto escritas quanto orais, assim eles se sentem mais confiantes. Ao serem questionados sobre como gostariam de serem avaliados, responderam não ter provas escritas individuais. E destacaram a importância do professor dominar a linguagem dos sinais, visto que na ausência do interprete o estudante apenas socializa, porém não interage nas aulas.

Os dados da pesquisa mostram que a inclusão escolar e a avaliação de estudantes com deficiência ainda estão em fase de desenvolvimento. Apesar da dedicação dos professores, a falta de apoio estrutural e formação contínua os deixa sobrecarregados. A pesquisa destaca a necessidade urgente de políticas públicas que ofereçam condições reais para que a inclusão ocorra na prática, garantindo que todos os estudantes sejam avaliados de maneira justa e equitativa, preparando-os para os desafios do mundo atual.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As conclusões deste estudo apontam para a necessidade de uma reformulação das práticas avaliativas no contexto da educação inclusiva. É fundamental que os sistemas

educacionais desenvolvam estratégias mais eficazes para a formação de professores, garantindo que estejam preparados para realizar avaliações adaptadas às necessidades dos estudantes com deficiência. Além disso, o estudo ressalta a importância de políticas educacionais que promovem a inclusão de forma mais abrangente, reconhecendo a diversidade como um valor fundamental na educação.

As diferentes contribuições teóricas mostram que a avaliação da aprendizagem de estudantes com deficiência exige um olhar atento, sensível e flexível por parte dos educadores. Não se trata apenas de medir o que o aluno aprendeu em termos acadêmicos, mas de valorizar seu progresso pessoal, suas habilidades e seus esforços. A avaliação inclusiva deve, acima de tudo, promover a equidade, reconhecendo as particularidades de cada estudante e oferecendo oportunidades para que todos possam demonstrar seu potencial de maneira justa e respeitosa.

Assim, enquanto continuamos a nos debruçar sobre essas questões, é preciso lembrar que a avaliação inclusiva não é apenas uma questão técnica, mas profundamente ética. Avaliar estudantes com deficiência significa, antes de tudo, reconhecer sua dignidade e potencial, respeitando suas particularidades e oferecendo-lhes o suporte necessário para que alcancem o pleno desenvolvimento. Somente com um olhar sensível e atento, aliado a políticas públicas eficazes, poderemos avançar nesse campo e garantir uma educação verdadeiramente inclusiva para todos.

## REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Educação Inclusiva: a família - a escola - a filosofia**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004. v. 4.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

CARVALHO, Rosita Edler. **Cartografia do trabalho docente na e para a educação inclusiva**. Revista @mbienteeducação, São Paulo, v.1 - n. 2, p. 21-30, ago./dez. 2008.

DAVIS, Cláudia. Avaliação psicopedagógica: O processo diagnóstico em busca de uma compreensão global. Petrópolis: Vozes, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 2002.

